



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG



CONTRATO Nº 36/2015

Processo nº 21181.0000171/2014-31
Inexigibilidade de Licitação nº 46/2014

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG E A EMPRESA INTERFUSÃO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA.

A União, por intermédio do **LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**, com sede à Avenida Rômulo Joviano s/nº - em Pedro Leopoldo/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 00.396.895/0062-47, neste ato representado pelo Senhor **Ricardo Aurélio Pinto Nascimento**, Coordenador nomeado pela Portaria nº 175, de 24/03/2005, publicada em 28/03/2005, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 104, de 18/04/2006, publicada em 19/04/2006, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **INTERFUSÃO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº **13.504.076/0001-04**, com sede na Rua Amália de Noronha, nº 151 - Conj. 401, - CEP 05410-000, na Cidade de São Paulo - SP, denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo Senhor **Renato Marino**, portador da Cédula de Identidade nº RG 27.143.297-4 e CPF 285.714.928-08, tendo em vista o que consta no Processo nº 21181.000171/2014-31 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 46/2014, nos termos do caput do artigo 25 da Lei nº 8666/93, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa exclusiva para prestação de serviços de atualizações e suporte técnico para o sistema de gerenciamento de informações laboratoriais Sample Manager 10 - Thermo Fisher do LANAGRO/MG, que serão prestados nas condições estabelecidas no Orçamento apresentado pela Contratada.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Processo de Inexigibilidade nº 46/2014 identificado no preâmbulo e à Proposta da Contratada presente nos autos, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Handwritten signature and initials

Handwritten signature



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO – LANAGRO/MG



Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Direito de atualização de novas versões (Upgrade) para o Sistema Sample Manager – Thermo Fisher e banco de dados. (12 meses de suporte técnico e Manutenção)	Mês	12	R\$ 68.287,64	R\$ 819.451,68
2	Horas de suporte e apoio técnico funcional por 12 meses.	Hora	300	R\$ 906,00	R\$ 271.801,55
TOTAL					R\$ 1.091.253,23

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de 14/12/2015 e encerramento em 14/12/2016, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 1.091.253,23 (um milhão, noventa e um mil, duzentos e cinquenta e três reais e vinte e três centavos)**, conforme abaixo especificado:

3.1.1. **R\$ 819.451,68** (oitocentos e dezenove mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos), referente a 12 (doze) meses de suporte técnico com direito de atualização de novas versões (Upgrade) para o sistema Sample Manager – Thermo Fisher e banco de horas;

3.1.2. **R\$ 271.801,55** (duzentos e setenta e um mil e oitocentos e um reais e cinquenta



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO – LANAGRO/MG



e cinco centavos), referente a 300 (trezentas) horas de suporte e apoio técnico funcional por 12 (doze) meses;

3.2. No valor acima estão inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, despesas de transporte aéreo, terrestre, hospedagem, alimentação dos especialistas da Thermo Fisher e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2015, na classificação abaixo:

Fonte: 00001 - Tesouro

Projeto: 20.609.2028.20ZW0001 – LANAGROS

Natureza de Despesa: 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros

4.2. Para os fins foi emitida a Nota de Empenho nº. **2015NE800989** de 03 de dezembro de 2015.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado pela Contratante no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela CONTRATADA.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2.1. As Notas Fiscais emitidas em arquivo eletrônico deverão ser enviadas unicamente e exclusivamente para o e-mail do Protocolo do LANAGRO/MG pro.lanagromg@agricultura.gov.br para encaminhamento a área administrativa.

5.2.2. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, contado da data final do período de adimplimento da parcela da contratação a que aquela se referir.

5.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO – LANAGRO/MG



5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.5.1. não produziu os resultados acordados;

5.5.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.5.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na legislação.

5.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG



5.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

5.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta, pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

7.1. A execução dos serviços será iniciada na data de início da vigência do Contrato, na forma que segue:

7.1.1 A CONTRATADA se obriga a atender no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a manutenção corretiva, a partir da solicitação ou agendamento mediante acordo pré-

H
LL
av



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG



estabelecido com a CONTRATANTE.

7.1.2. Os serviços de manutenção preventiva serão realizados de comum acordo pelas partes, mediante agendamento prévio pela CONTRATANTE.

7.1.2.1. O Suporte Técnico é composto de atividades como atendimento remoto a chamados de suporte técnico, operação global para assistência a suporte técnico, comunicação com o cliente através de discagem gratuita, email, portal eService, rápido escalamento para problemas críticos, colaboração em tempo-real via Webex, portal web para registro de incidentes e central online de recursos para suporte técnico.

7.1.2.2. A manutenção de softwares é composto de atividades como sistema de problemas de desenvolvimento, atualizações de versões de software (*major, minor, patches*), fórum de usuários, participação no processo de desenvolvimento.

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, diariamente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato para posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste contrato e na Proposta.

7.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato e na Proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, após o recebimento da nota fiscal/fatura/relatório dos serviços prestados, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

H
LH
*



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG



8.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

8.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste contrato.

8.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

8.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.6. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.8. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

8.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

H
H
aw



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG



9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste instrumento;

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços conforme especificações deste contrato e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, quando for o caso;

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado neste contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.4. Disponibilizar empregados habilitados dotados de conhecimentos específicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

10.6. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

10.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;

10.8. Atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste contrato;

H
H
H



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG



10.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da CONTRATANTE;

10.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.11. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na legislação;

10.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e a CONTRATADA que:

11.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. Fraudar na execução do contrato;

11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. Cometer fraude fiscal;

11.1.6. Não mantiver a Proposta.

11.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

H
H
HL
ar



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG

11.3. Multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato por dia de atraso, até o limite de 10 (dez) dias, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato;

11.3.1. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

11.4. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

11.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da inexigibilidade;

11.4.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

A 21 H

[Assinatura]



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG



12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste contrato.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG



15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Belo Horizonte - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Pedro Leopoldo, 14 de dezembro de 2015.

Ricardo Aurélio Pinto Nascimento
CONTRATANTE

Renato Marino
CONTRATADA

Renato Marino
Diretor de Negócios
Interfusão Serviços de Tecnologia
RG: 27.143.297-4
CPF: 285.714.928-08

Testemunhas:

Luiz Henrique Silva Santana
Agente Adm./LANAGRO/MG

Vanessa Kalline de Arruda Santos
Agente Adm./LANAGRO/MG



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO – LANAGRO/MG

TERMO ADITIVO Nº. 54/2016

Processo nº 21181.000171/2014-31
Inexigibilidade de Licitação nº 46/2014

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 36/2015, CELEBRADO
ENTRE A UNIÃO FEDERAL,
REPRESENTADA PELO LABORATÓRIO
NACIONAL AGROPECUÁRIO
LANAGRO/MG DO MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO E A EMPRESA
INTERFUSÃO SERVIÇOS DE
TECNOLOGIA LTDA.**

A União, por intermédio do **LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO - LANAGRO/MG**, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento com sede à Avenida Rômulo Joviano s/nº, Centro, no Município de Pedro Leopoldo/MG, CEP: 33600-000, inscrito no CNPJ sob o nº **00.396.895/0062-47**, neste ato representado pelo Senhor **Ricardo Aurélio Pinto Nascimento**, Coordenador nomeado pela Portaria nº 175, de 24/03/2005, publicada em 28/03/2005, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 99, de 12/05/2016, publicada em 13/05/2016, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **INTERFUSÃO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº **13.504.076/0001-04**, com sede na Rua Amália de Noronha, nº 151 – Conj. 401, - CEP 05410-000, na Cidade de São Paulo - SP, denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo Senhor **Renato Marino**, portador da Cédula de Identidade nº RG 27.143.297-4 e CPF 285.714.928-08, têm entre si justos e avençados, e celebram por força deste instrumento, o presente Termo Aditivo, sujeitando às normas preconizadas na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, observadas as condições expressas no Processo Nº 21181.000171/2014-31, Inexigibilidade de Licitação nº. 46/2014, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência de que trata a Cláusula Segunda e supressão de 22,43% do valor total do contrato original, conforme proposta da contratada datada de 12 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O contrato passa a vigorar por um novo período, com início em 14/12/2016 e término em 14/12/2017.

Handwritten signature

Handwritten signature



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO – LANAGRO/MG

CLÁUSULA TERCEIRA – SUPRESSÃO

3.1. Em decorrência da supressão de 22,43% (vinte e dois vírgula quarenta e três por cento) o valor total do contrato passa de R\$ 1.091.253,23 (um milhão, noventa e um mil, duzentos e cinquenta e três reais e vinte e três centavos) para **R\$ 846.466,25 (oitocentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos).**

CLÁUSULA QUARTA - DESPESA

4.1. O valor total estimado do presente Termo Aditivo é de **R\$ R\$ 846.466,25 (oitocentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos).**

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Direito de atualização de novas versões (Upgrade) para o Sistema Sample Manager – Thermo Fisher e banco de dados. (12 meses de suporte técnico e Manutenção)	Mês	12	R\$ 50.154,75	R\$ 601.857,09
2	Horas de suporte e apoio técnico funcional por 12 meses.	Hora	360	R\$ 679,47	R\$ 244.609,16
TOTAL					R\$ 846.466,25

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas correrão à conta do orçamento do exercício de 2016, Elemento de Despesa 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros, Projeto/Atividade 20/609.2028.214W0001- LANAGROSDA e/ou a conta de outros recursos que forem consignados ao Laboratório Nacional Agropecuário – LANAGRO/MG, em virtude de provisão ou outros meios legais admitidos. Para o(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta de dotação orçamentária específica, a qual a Administração incluirá no orçamento daquele ano.

CLÁUSULA SEXTA - RATIFICAÇÃO

6.1. As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo ratificadas.

[Handwritten signatures and initials]



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO – LANAGRO/MG

CLÁUSULA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

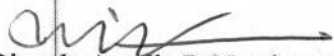
7.1. A Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, no Diário Oficial da União, conforme determina o parágrafo único, do art. 61, da Lei n.º. 8.666/93.

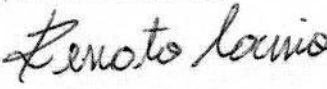
CLÁUSULA OITAVA – FORO

8.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Contrato será o de Belo Horizonte/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

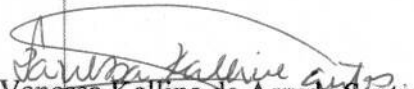
E por estarem assim justos e pactuados firmam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

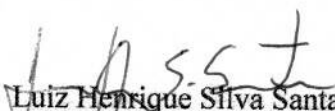
Pedro Leopoldo, 13 de dezembro de 2016.


Ricardo Aurélio P. Nascimento
CONTRATANTE


Renato Marino
CONTRATADA

Testemunhas:


Vanessa Kalline de Arruda Santos
Agente Adm./LANAGRO/MG


Luiz Henrique Silva Santana
Agente Adm./LANAGRO/MG



EMBRAPA INSTRUMENTAÇÃO AGROPECUÁRIA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 172/2016 - UASG 135026

Nº Processo: 096/16. Objeto: Aquisição de kit prensa Tzero Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Fornecedor exclusivo Declaração de Inexigibilidade em 19/12/2016. ODEMILSON FERNANDO SANTANIN, Chefe Administrativo. Ratificação em 19/12/2016. JOAO DE MENDONÇA NAIME, Chefe Geral. Valor Global: R\$ 16.000,00. CNPJ CONTRATADA : 00.158.141/0001-37 WATERS TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA..

(SIDEIC - 26/12/2016) 135026-13203-2016NE000001

EMBRAPA TABULEIROS COSTEIROS

EXTRATOS DE REGISTROS DE PREÇOS

Espécie: 1ª Publicação trimestral de Ata de Registro de Preços nº 25/2016-CPATC. Objeto: Fornecimento de Gêneros Alimentícios. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 37/2016-CPATC. Fonte de Recursos: inalterada. Valor Global: inalterado. Data de Assinatura: 27/09/2016; Vigência: 27/09/2016 a 26/09/2017. Signatários: inalterado. Informações detalhadas estão disponíveis no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

Espécie: 1ª Publicação trimestral de Ata de Registro de Preços nº 23/2016-CPATC. Objeto: Fornecimento de Serviço Gráfico e Banner. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 38/2016-CPATC. Fonte de Recursos: inalterada. Valor Global: inalterado. Data de Assinatura: 27/09/2016; Vigência: 27/09/2016 a 26/09/2017. Signatários: inalterado. Informações detalhadas estão disponíveis no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2016

A EMBRAPA Tabuleiros Costeiros informa o resultado do Pregão Eletrônico nº 051/2016, para as seguintes empresas: 1-Hosp Saude Comercio itens 10-16 no valor de R\$ 2.098,00; 2-Clarit Comercial itens 11-12-13-14-17-20-35 no valor de R\$ 4.356,50; 3-Edivaldo Batista itens 1-3-6-21 no valor de R\$ 9.446,00; 4-Norlux itens 39-40 no valor de R\$ 3.796,00; 5-TH comercio itens 34-36-42 no valor de R\$ 1.787,00; 6-Liv. e Pap. Renasceritens 4-7-18-19 no valor de R\$ 4.945,50; 6-Multisul itens 22-29 no valor de R\$ 10.884,50; 7-D-Tudo Distribuidora itens 24-28 no valor de R\$ 690,00; 8-Conserrilpe itens 15-30-41 no valor de R\$ 13.484,73; 9-M. de F. Cole itens 27 e 38 no valor de R\$ 7.269,00; 10-W.M.W. Comercial itens 2-5-8-9-25-26-31-33-37 no valor de R\$ 52.390,20. No valor total de R\$ 111.147,43

VERA MELO
Pregoeira

(SIDEIC - 26/12/2016) 135013-13203-2016NE005616

EMBRAPA PRODUTOS E MERCADO
GERÊNCIA-GERAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Espécie: Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 036/2016; Favorecido: AGDIA, INC.; Objeto: Aquisição de material laboratorial para pesquisa e desenvolvimento - kits de antissoro para diagnóstico de vírus em batata - para o laboratório de fitossanidade vegetal da EMBRAPA/SPM-Esc. de Canoinhas; Enquadramento Legal: Inciso V e VII do Artigo 24, combinado com o art. 48, I e II, todos da Lei nº 8.666/93; Valor Global Estimado: R\$ 132.187,65; Data da Ratificação: 26/12/2016; Ordenador da Despesa: Nelson Pires Feldberg, Gerente do Escritório de Canoinhas SC; Autoridade do Ato de Ratificação: Mara Sílvia Rocha Ribeiro, Gerente-Geral Substituta da EMBRAPA Produtos e Mercado.

EMBRAPA UVA E VINHO

EXTRATOS DE REGISTROS DE PREÇOS

A EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - torna pública a Ata de Registro de Preços nº 211/2016 do Pregão Eletrônico SRP nº 0049/2016 - Embrapa Uva e Vinho. Objeto: contratação de empresa para possível aquisição de material químico e reagente - laboratório - 33390.30.11. Item(ns): 16, 63, 64, 80, 89. Fornecedor: Per-Lab Indústria e Comércio de Vidros para Laboratórios Ltda. CNPJ: 58.954.694/0001-86. Valor total da ATA: R\$ 8.213,40; Vigência: 22/12/2016 a 21/12/2017. Data da assinatura: 22/12/2016.

A EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - torna pública a Ata de Registro de Preços nº 199/2016 do Pregão Eletrônico SRP nº 0048/2016 - Embrapa Uva e Vinho. Objeto: contratação de empresa para possível aquisição de material químico e reagente - laboratório - 33390.30.11. Item(ns): 9, 98, 99. Fornecedor: Promega Biotecnologia do Brasil Ltda. CNPJ: 11.909.227/0001-70. Valor total da ATA: R\$ 28.830,00; Vigência: 19/12/2016 a 18/12/2017. Data da assinatura: 19/12/2016.

A EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - torna pública a Ata de Registro de Preços nº 207/2016 do Pregão Eletrônico SRP nº 0049/2016 - Embrapa Uva e Vinho. Objeto: contratação de

empresa para possível aquisição de material químico e reagente - laboratório - 33390.30.11. Item(ns): 3, 4, 6, 12, 33, 35, 36, 37, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81. Fornecedor: Baspria Comércio e Serviços Ltda. CNPJ: 10.698.323/0001-54. Valor total da ATA: R\$ 19.592,00; Vigência: 21/12/2016 a 20/12/2017. Data da assinatura: 21/12/2016.

A Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - torna pública a Ata de Registro de Preços nº 208/2016 do Pregão Eletrônico SRP nº 0049/2016 - Embrapa Uva e Vinho. Objeto: contratação de empresa para possível aquisição de material químico e reagente - laboratório - 33390.30.11. Item(ns): 2, 11, 19, 20, 21, 24, 25, 30, 32, 38, 39, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91. Fornecedor: Qualy Comercial Ltda. - EPP. CNPJ: 11.301.724/0001-91. Valor total da ATA: R\$ 41.104,67; Vigência: 21/12/2016 a 20/12/2017. Data da assinatura: 21/12/2016.

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

EXTRATOS DE FOMENTO

Termo de Fomento nº 105/2016 - SICONV nº 835849/2016. Processo nº 00350.000632/2016-13. Concedente: União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - CNPJ/MF nº 00.396.895/0001-25. Conveniente: Associação Brasileira de Criadores de Camarão - ABCC - CNPJ/MF nº 13.792.312/0001-27. Objeto: "Programa de Qualificação Especial Sanidade Aquícola para Micro e Pequenos Produtores de Camarão". Valor Total: R\$ 204.000,00. Valor Contrapartida Financeira: R\$ 4.000,00. Valor a ser transferido ou descentralizado no exercício em curso: R\$ 200.000,00. PTRES 119777. Fonte: 0100. ND: 33.50.39.99. Nota de Empenho: 2016NE800016. Vigência: 24 meses a contar da data de publicação. Assinatura: Blairo Borges Maggi - Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - CPF/MF: 242.044.049-87, e Itamar de Paiva Rocha - Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Camarão/ABCC - CPF/MF nº 069.520.894-20. Data da assinatura: 22/12/2016.

Termo de Fomento nº 106/2016 - SICONV nº 835850/2016. Processo nº 00350.000632/2016-79. Concedente: União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - CNPJ/MF nº 00.396.895/0001-25. Conveniente: Associação Brasileira de Criadores de Camarão - ABCC - CNPJ/MF nº 13.792.312/0001-27. Objeto: "Projeto de Desenvolvimento dos diversos seguimentos da Cadeia Produtiva da Carcinicultura no Litoral Norte do Estado do Ceará". Valor Total: R\$ 412.000,00. Valor Contrapartida Financeira: R\$ 12.000,00. Valor a ser transferido ou descentralizado no exercício em curso: R\$ 400.000,00. PTRES 119749. Fonte: 0100. ND: 33.50.39.99. Nota de Empenho: 2016NE800017. Vigência: 24 meses a contar da data de publicação. Assinatura: Blairo Borges Maggi - Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - CPF/MF: 242.044.049-87, e Itamar de Paiva Rocha - Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Camarão/ABCC - CPF/MF nº 069.520.894-20. Data da assinatura: 22/12/2016.

Termo de Fomento nº 107/2016 - SICONV nº 835851/2016. Processo nº 00350.000635/2016-11. Concedente: União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - CNPJ/MF nº 00.396.895/0001-25. Conveniente: Associação Brasileira de Criadores de Camarão - ABCC - CNPJ/MF nº 13.792.312/0001-27. Objeto: "Projeto de Desenvolvimento dos diversos seguimentos da Cadeia Produtiva da Carcinicultura no Litoral Sul do Estado do Ceará". Valor Total: R\$ 510.000,00. Valor Contrapartida Financeira: R\$ 10.000,00. Valor a ser transferido ou descentralizado no exercício em curso: R\$ 500.000,00. PTRES 119753. Fonte: 0100. ND: 33.50.39.99. Nota de Empenho: 2016NE800018. Vigência: 24 meses a contar da data de publicação. Assinatura: Blairo Borges Maggi - Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - CPF/MF: 242.044.049-87, e Itamar de Paiva Rocha - Presidente da Associação Brasileira de Criadores de Camarão/ABCC - CPF/MF nº 069.520.894-20. Data da assinatura: 22/12/2016.

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
COORDENAÇÃO-GERAL
DE APOIO LABORATORIAL
LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO
EM BELÉM

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2016 - UASG 130017

Nº Processo: 21000044507201611. PREGÃO SISPP Nº 23/2016. Contratante: MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO. CNPJ Contratado: 14110682000108. Contratado : O S SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA -Objeto: Contratação de serviços continuados de vigilância armada, diurna e noturna, com fornecimento de mão de obra, uniformes, materiais, equipamentos e ferramentas necessários, a serem executados em todo o complexo do LANAGRO-PA, Base I e na SFA-PA, Base II. Fundamento Legal: Lei 8.666/93; Lei 10.520/02; Dec. 2.271/97 e IN/SLTI/MPOG 02/08. Vigência: 27/12/2016 a 26/12/2017. Valor Total: R\$5696.000,00. Fonte: 1000000000 - 2016NE800043. Data de Assinatura: 26/12/2016.

(SICON - 26/12/2016) 13017-00001-2016NE000021

LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO
EM CAMPINAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2016 - UASG 130102

Nº Processo: 21052008043201673. PREGÃO SISPP Nº 40/2016. Contratante: MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO. CNPJ Contratado: 10957847000112. Contratado : S. G. MORENO RADIO COMUNICACAO LTDA - EPP. Objeto: Aquisição de equipamentos de comunicação. Fundamento Legal: 8666/93. Vigência: 14/12/2016 a 13/12/2017. Valor Total: R\$18.500,00. Fonte: 1000000000 - 2016NE801024. Data de Assinatura: 13/12/2016.

(SICON - 26/12/2016) 130102-00001-2016NE800033

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 49/2016

A pregoeira do Lanagro-SP declara vencedora do presente certame as seguintes empresas: Grupos 4, 10 e 11, EP Minas; Grupos 6, 12 e 14, Aparecido de Jesus Me; Grupo 3, ML Bertonecello; Grupos 8, 9 e 13, MBR Comercio; Grupos 1, 2 e 7, Markus Felipe de Souza; Grupo 5, Irmãos Lourenço.

MARCIA OLIVEIRA PARREIRA

(SIDEIC - 26/12/2016) 130102-00001-2016NE800033

LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO
EM PEDRO LEOPOLDO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 54/2016 - UASG 130058

Número do Contrato: 36/2015. Nº Processo: 21181000171201431. INEXIGIBILIDADE Nº 46/2014. Contratante: MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO. CNPJ Contratado: 13504076000104. Contratado : INTERFUSAO SERVICOS DE TECNOLOGIA-EIRELI - EPP. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência de que trata a Cláusula Segunda e Supressão de 22,43% do valor total do contrato original. Fundamento Legal: Inciso II do Art. 57 da Lei nº 8.666/93 e § 1º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93. Vigência: 14/12/2016 a 14/12/2017. Valor Total: R\$846.466,25. Fonte: 1000000000 - 2016NE800143. Data de Assinatura: 13/12/2016.

(SICON - 26/12/2016) 130058-00001-2016NE800011

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 55/2016 - UASG 130058

Número do Contrato: 38/2014. Nº Processo: 21181000039201420. INEXIGIBILIDADE Nº 15/2014. Contratante: MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO. CNPJ Contratado: 58752460000156. Contratado : SHIMADZU DO BRASIL COMERCIO LTDA.-Objeto: Alteração da razão social, devido a fusão da Sinc do Brasil Instrumentação Científica Ltda e Shimadzu do Brasil Ltda, assim como a alteração do representante legal do Contrato original, a supressão do Sistema HPLC, marca Shimadzu - Reg. 003/ULCLD/PL de que trata a Cláusula Décima Quarta, bem como a prorrogação do prazo de vigência de que trata a Cláusula Segunda do contrato original. Fundamento Legal: Inciso II do Art. 65 e Inciso II do Art. 57 da Lei nº 8.666/93. Vigência: 17/12/2016 a 17/12/2017. Valor Total: R\$122.954,50. Fonte: 1000000000 - 2016NE800087. Fonte: 1000000000 - 2016NE800088. Data de Assinatura: 16/12/2016.

(SICON - 26/12/2016) 130058-00001-2016NE800011

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 52/2016 - UASG 130058

Número do Contrato: 120/2011. Nº Processo: 21181000128201123. PREGÃO SISPP Nº 16/2011. Contratante: MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO. CNPJ Contratado: 65295172000185. Contratado : METODO TELECOMUNICACOES E COMERCIO LTDA. Objeto: Alteração do endereço da sede da Contratada no contrato original. Fundamento Legal: Inciso II do Art. 65 da Lei nº 8.666/93. Vigência: 13/12/2016 a 01/01/2017. Data de Assinatura: 13/12/2016.

(SICON - 26/12/2016) 130058-00001-2016NE800011

LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO
EM PORTO ALEGRE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2016 - UASG 130103

Nº Processo: 21043001619201681. PREGÃO SISPP Nº 23/2016. Contratante: MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO. CNPJ Contratado: 11014397000278. Contratado : L 23 - MULTISUPRIMENTOS E SERVICOSEIRELI - EPP. Objeto: Contratação de serviços comuns de engenharia, reforma do prédio F, em proveito do LANAGRO-RS. Fundamento Legal: IEI 83666/93; Lei 10.520/02. Vigência: 26/12/2016 a 08/06/2018. Valor Total: R\$2.067.860,90. Fonte: 1000000000 - 2016NE801839. Data de Assinatura: 26/12/2016.

(SICON - 26/12/2016) 130103-00001-2016NE800057